



Comissão aprova acordo com os EUA sobre previdência social

Segue para o Plenário tratado que permite que o trabalhador inscrito nos sistemas previdenciários dos dois países some os períodos de contribuição para se aposentar

Acordo que estende aos trabalhadores brasileiros e norte-americanos o acesso ao sistema previdenciário local, caso estejam vivendo na outra parte, foi aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e segue para

o Plenário. O tratado com os Estados Unidos foi assinado em 2015 e permite que os trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de pagamento, com o fim de atingir o tempo mínimo necessário à obtenção

de aposentadorias e outros benefícios. O relator, Jorge Viana, destacou que pelo menos 1,2 milhão de brasileiros moram nos Estados Unidos e que o acordo também beneficia as empresas do Brasil que lá atuam, pois evita a dupla contribuição. **3**

Código Aduaneiro do Mercosul será analisado pelo Plenário

O Código Aduaneiro do Mercosul foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Assinado em 2010 por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o código define a legislação aduaneira comum entre todos os países que fazem parte do bloco, o que aumentará o

intercâmbio comercial.

O acordo segue agora para análise do Plenário. Para que possa entrar em vigor, o Código Aduaneiro do Mercosul terá que ser aprovado pelos parlamentos dos quatro países. Até o momento, apenas a Argentina finalizou o processo. **3**



Comércio na cidade uruguaia de Rivera, muito procurado pelos brasileiros

Aumento abusivo em plano de saúde afasta consumidor, aponta audiência

Os aumentos nas mensalidades dos planos de saúde vão forçar os consumidores a recorrer ao sistema público, que não terá condições de atender a demanda, advertiram participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ocacique Raoni Metuktire, líder indígena da etnia caiapó, visitou ontem o Plenário do Senado. Conhecido mundialmente, Raoni está em Brasília para a 15ª edição do Acampamento Terra Livre, que mobiliza índios de todo o país na luta por seus direitos.

Comissão pode votar criação de instituto de pesquisas sociais

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais projeto que propõe a criação da Instituição de Pesquisas Sociais Independente no âmbito do

Senado. O instituto fará pesquisas e análises de dados sociais para a elaboração de normas e o acompanhamento de políticas públicas. **4**

Avançam indicações para Reino Unido e Cazaquistão

As indicações dos diplomatas Claudio Frederico Arruda para a embaixada no Reino Unido e Márcia Donner Abreu para o Cazaquistão, acumulada com o Turcomenistão e o Quirguistão, foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Os nomes seguem para

avaliação do Plenário. Na sabatina, Arruda destacou que a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) redimensiona a relevância da economia brasileira para os britânicos. E Márcia Donner disse que a Ásia Central tem ganhado relevância neste século. **3**



Gerardo Magaña/Agência Senado

Jorge Viana (C) participa da sabatina de Márcia Donner e Claudio Frederico Arruda na Comissão de Relações Exteriores

Lei que dificulta paralisação de obra pública é sancionada com vetos parciais **2**

Índigenas pedem a Eunício mais debate de projetos sobre licenciamento ambiental **2**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Governo de SP



A instituição da ação declaratória de validade pode acabar com a incerteza jurídica na execução de obras licitadas

Sancionada lei que dificulta paralisação de obra pública

Texto, que teve vetos parciais, possibilita a ação declaratória de validade de ato, contrato, processo ou norma administrativa do poder público para acabar com a “guerra de liminares” nas licitações

A “GUERRA DE liminares” com a qual muitas vezes é interrompida a execução de obras e políticas públicas pode chegar ao fim. É o que objetiva a Lei 13.655, de 2018, publicada ontem com uma série de vetos.

O texto estabelece a possibilidade de ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa do poder público. A lei foi sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, apesar de pedido de veto integral pelos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que consideraram que o texto fragiliza o combate à improbidade administrativa.

A nova lei tem origem em projeto (PLS 349/2015) aprovado no Senado em março de 2017 e votado sem modificações na Câmara em outubro.

Do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), o texto altera a Lei de Introdução às Normas do

Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657, de 1942). A instituição da ação declaratória de validade pode acabar com a incerteza jurídica, sobretudo quando concorrentes que perdem uma licitação entram com recursos para invalidar o processo.

A decisão que — nas esferas administrativa, controladora ou judicial — decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo exposto suas consequências jurídicas e administrativas.

Exigências

Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados “os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”. A decisão do processo poderá impor compensação por prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da

conduta dos envolvidos.

Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa — salvo os de mera organização interna — poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico. Os órgãos da administração pública terão 180 dias para implantar esse sistema.

O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Foi vetado o trecho que desconsiderava como erro grosseiro a decisão ou opinião baseada em jurisprudência ou doutrina, ainda que não pacificadas. Também foram vetados a previsão de apoio e custeio da defesa do gestor por parte da entidade a qual ele pertence, o artigo que concedia eficácia para todos às decisões e a possibilidade de negociar com o juiz a realização de regime de transição.

Regina quer que Embrapa esteja perto de excluídos

Ao lembrar os 45 anos da Embrapa, comemorados ontem, Regina Sousa (PT-PI) disse que a empresa é um patrimônio do povo brasileiro e precisa estar cada vez mais voltada aos interesses de segmentos historicamente excluídos no campo e na cidade.

A senadora lembrou que a Embrapa não é apenas aliada do agronegócio, mas realiza pesquisas relevantes e torna mais eficiente e menos penoso o trabalho do pequeno agricultor.



Edithom Rodrigues/Agência Senado

Hélio José sai em defesa dos terceirizados da Casa

Hélio José (Pros-DF) se manifestou ontem contra a possibilidade de os servidores terceirizados do Senado sofrerem redução salarial.

De acordo com o senador, vários parlamentares já assinaram um documento pedindo que os futuros contratos permaneçam com as regras atuais.

Hélio José afirmou que a Diretoria-Geral do Senado não tomou decisão sobre o assunto e está aberta ao diálogo.



Roque de Sá/Agência Senado

Renan lamenta morte de Nelson Pereira dos Santos

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lamentou ontem a morte do cineasta Nelson Pereira dos Santos, aos 88 anos, no sábado.

Segundo ele, o cineasta tinha uma maneira “simples e sábia” de definir o cinema que o atraía, afirmando que “o bom filme é uma história bem contada”. Para o senador, o Brasil se veste de luto com a perda.

— Sua obra é feita de histórias bem contadas, que o espectador entende e guarda, pois provocam reflexões.



Roque de Sá/Agência Senado

Medeiros cobra fim de impasse com auditores-fiscais

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que foi alertado por empresários de que o Brasil chega a perder bilhões de reais todo mês por conta de uma “greve branca” dos auditores da Receita Federal. Segundo o senador, o impasse entre os servidores e o governo se dá por conta de um bônus garantido à categoria por lei que ainda não foi regulamentada.

— Aqui no Brasil há uma mania de se aprovar lei e deixar a regulamentação para depois — reclamou.



Roque de Sá/Agência Senado



Jane de Almeida/Agência Senado

O presidente Eunício Oliveira (D) discutiu com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, acompanhado da secretária-executiva, Ana Paula Vescovi, medidas econômicas na pauta do Congresso.

Índios pedem a Eunício debate sobre licenças ambientais

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem lideranças indígenas do Acampamento Terra Livre, que reúne representantes de etnias de todos os estados.

— Viemos trazer agenda sobre projetos relativos a licença ambiental. Estamos preocupados — disse Mário Nicácio.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

CÓDIGO COMERCIAL Atualização de normas

10h Audiência no Recife para discutir a atualização das normas comerciais brasileiras.

CRA Segurança no campo

14h Seminário na cidade gaúcha de Santa Rosa para debater segurança no campo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sgraf)

Avança acordo com os EUA sobre previdência social

Tratado que estende aos brasileiros e norte-americanos que trabalham no outro país acesso ao sistema previdenciário local e evita a dupla contribuição foi aprovado em comissão e segue ao Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o acordo assinado em 2015 entre Brasil e Estados Unidos na área da previdência social. O texto (PDS 10/2018) segue para a análise do Plenário.

Como lembrou o relator, Jorge Viana (PT-AC), dados de 2014 dos consulados brasileiros nos EUA indicam que pelo menos 1,2 milhão de brasileiros moram naquele país, mas se acredita que esse número “deve ser ainda maior, por causa do tamanho dos Estados Unidos e do espriamento de brasileiros por todo o território”.

— O acordo beneficia não só a grande comunidade brasileira naquele país, mas também traz ganhos econômicos para as empresas de nosso país que atuam por lá, porque evita a dupla contribuição para os sistemas previdenciários. Indica também que os dois governos possuem interesse na integração de suas comunidades expatriadas, e abre portas para mais comércio entre EUA e Brasil — acrescentou o senador.



Jorge Viana é o relator do texto na Comissão de Relações Exteriores

Como informa o relatório, o acordo, em linhas gerais, estende aos trabalhadores brasileiros e norte-americanos o acesso ao sistema previdenciário local, caso estejam vivendo na outra parte.

Injustiça

O objetivo é corrigir uma “injustiça flagrante”, no entender do senador Jorge Viana, que é “a pura e simples perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo

mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria”.

O acordo permite que os trabalhadores que contribuam para os dois sistemas somem os períodos de contribuição, com o fim de atingir o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e outros benefícios.

Cada sistema pagará ao beneficiário o montante em sua própria moeda equivalente ao período da contribuição efetuado no respectivo país.

Após Brexit, Reino Unido pode fechar acordos, afirma diplomata

O Brasil é o único país integrante do G-20 que ainda não tem acordo mútuo que evite a bitributação em negócios com o Reino Unido. A finalização desse e de outros acordos comerciais será a prioridade da embaixada brasileira, segundo o diplomata Claudio Frederico Arruda em sabatina ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE). A comissão aprovou a indicação do diplomata para a chefia da representação brasileira em Londres.

principais países dentro dessa nova estratégia, o que foi confirmado depois pelo chanceler Boris Johnson e até pelo líder opositorista Jeremy Corbyn [do Partido Trabalhista] — afirmou.

Para Arruda, o novo cenário não é necessariamente positivo para o Brasil. Vai depender do formato final em que se dará a saída do Reino Unido da União Europeia, avaliou o diplomata.

Relevância

Arruda destacou que a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) redimensiona a relevância da economia brasileira para os britânicos. Na avaliação dele, isso não se trata apenas de uma conjectura, mas de um fato, pois tanto a primeira-ministra Theresa May quanto outros atores políticos fizeram essa afirmação de forma literal.

— A grande prioridade deles agora é vender o Brexit como uma abertura ainda maior do Reino Unido para a globalização, para a consolidação de novos acordos a nível mundial. Foi nesse contexto que Theresa May citou o Brasil como um dos

Reino Unido

- » Área: 243.610 km²
- » Capital: Londres
- » População: 66,03 milhões
- » PIB per capita: US\$ 39.526
- » Exportações brasileiras: US\$ 2,9 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 2,8 bilhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Ásia Central oferece oportunidade, diz indicada

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação da diplomata Márcia Donner Abreu para embaixadora no Cazaquistão, acumulada com o Turcomenistão e o Quirguistão.

Na sabatina, Márcia Donner

destacou que a Ásia Central, onde estão os três países, tem ganhado relevância neste século. A região abriga riquezas minerais e tem laços com a China, Rússia e outros atores importantes a nível global.

— O Cazaquistão hoje tem

uma renda per capita de US\$ 25 mil, equivalente à da Coreia do Sul, com índices de igualdade equivalentes aos da Suécia, Suíça e Noruega — afirmou a diplomata.

O cenário de riqueza, no entanto, é confrontado com um intercâmbio comercial ainda pequeno com o Brasil.

— E meu desafio é superar esse estágio — afirmou a embaixadora, acrescentando que as três nações são importadoras de alimentos e de produtos industrializados, oportunidades que podem ser abertas por exportadores brasileiros.

A análise da indicação segue agora para o Plenário.

Código Aduaneiro do Mercosul dá mais um passo e vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o Código Aduaneiro do Mercosul, assinado pelos governos de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em 2010 (PDS 31/2018).

Como explicou a relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), o código define a legislação aduaneira comum entre todos os países que fazem parte do bloco, o que aumentará o intercâmbio comercial. A senadora entende também que o Código Aduaneiro do Mercosul contém “imprescindível base jurídica para

que possamos consolidar a integração regional”.

— Sua entrada em vigor é de extrema importância, especialmente neste momento em que o Mercosul projeta sua imagem internacional nas negociações com outros países e blocos, particularmente com a União Europeia.

A análise do acordo segue ao Plenário. Para que possa entrar em vigor, o Código Aduaneiro do Mercosul terá que ser aprovado pelos parlamentos dos quatro países. Até o momento, apenas a Argentina finalizou o processo.

Cazaquistão

- » Área: 2.724.900 km²
- » Capital: Astana
- » População: 18,22 milhões
- » PIB per capita: US\$ 7.418
- » Exportações brasileiras: US\$ 8,11 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 139,13 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Sociedade dividida impede debate político, afirma Dário Berger

Dário Berger (PMDB-SC) afirmou ontem em Plenário que o cenário de incerteza, insegurança e divisão da sociedade pode impedir um debate político eficaz, em pleno ano eleitoral.

Diante de tantos problemas, é difícil apontar as prioridades no país, disse o senador, para



quem a discussão de ações para o enfrentamento das desigualdades sociais deve pautar os debates.

Ele salientou que os seis empresários mais ricos do país têm renda equivalente à de metade da população e acrescentou que 57 milhões de brasileiros vivem hoje abaixo da linha da pobreza.

Jorge Viana acusa governo de cortar recursos para rodovias

Jorge Viana (PT-AC) criticou os cortes orçamentários promovidos pelo governo de Michel Temer. O senador disse que os cortes se deram, inclusive, em emendas impositivas.

Segundo ele, o corte atinge os recursos destinados à recuperação e à manutenção de rodovias muito importantes para o Acre. Viana deu como

exemplo o corte nos recursos para a recuperação da BR-364 e da BR-317. Para o senador, o corte drástico é um “abuso e um desrespeito” do governo federal com o povo do Acre. Ele disse que a redução de recursos vai inviabilizar o programa de recuperação dessas rodovias, que são essenciais na integração do estado.

Lasier comemora liberação de parque de energia eólica no RS

Lasier Martins (PSD-RS) comemorou a obtenção, pelo governo do Rio Grande do Sul, da licença ambiental para a execução de um projeto de energia eólica.

Segundo ele, o empreendimento para a produção de energia limpa, obtida pelo vento, será o maior do estado.



Será instalado no município de São José do Norte e deverá ocupar uma área de 15,8 hectares, com 63 quilômetros de linhas de transmissão, resultando na produção de 3 megawatts de potência. A construção vai representar mais energia e geração de muitos empregos, frisou.

Debatedores criticam preço de planos de saúde

Aumento abusivo de mensalidades obrigará consumidores a recorrer à saúde pública, e SUS não terá condições de atender a demanda, disseram convidados na Comissão de Direitos Humanos

A FALTA DE opções e o aumento abusivo das mensalidades dos planos de saúde obrigam os consumidores a optar pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Essa questão foi destacada por especialistas da área da saúde em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que requereu a audiência, apresentou dados para demonstrar a precariedade da situação dos planos no país.

— Se os gastos do SUS estão congelados por 20 anos, como será o futuro com a migração de 13 milhões de pessoas com plano de saúde para esse sistema? — questionou.

Para o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Britto,

os ajustes de mensalidades levam ao endividamento dos consumidores.

— O aumento não vai trazer melhoria ao consumidor. Vai fazer com que deixe de usar o plano e recorra à saúde pública.

Britto comentou ainda a questão dos planos coletivos, que correspondem a mais de 80% do mercado. Nessa modalidade, disse, o consumidor não tem escolha.

Segundo o representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Gustavo Macieira, a agência reguladora está propondo normas mais transparentes, para conferir maior segurança jurídica e proteção aos beneficiários.

— São regras mais claras para utilização de franquia e



Paulo Paim (C), que pediu a audiência sobre planos, conduz reunião com Ana Luísa Dal Lago e Gustavo Macieira

coparticipação em oposição aos regramentos genéricos em vigor, que dificultam a própria atuação fiscalizatória da ANS.

Servidores

Os participantes da audiência discutiram ainda a situação da Geap, prestadora de plano de saúde dos servidores públicos federais. A imprensa tem

divulgado que, se a operadora não conseguir uma injeção de R\$ 130 milhões até 30 de junho, poderá entrar em liquidação judicial pela ANS.

Para a diretora da Secretaria de Aposentados da Federação Nacional de Sindicatos da Saúde, Trabalho e Previdência Social, Ana Luísa Dal Lago, não é possível que um plano promova reajuste de mais de

19%, quando não há aumento salarial para o servidor.

— Se o objetivo do governo é jogar os servidores para os planos privados, não vai conseguir, porque os servidores não têm dinheiro para pagar. São servidores aposentados com mais de 60 anos. O SUS não tem como abarcar e receber 300 mil vidas. Ele também está falido.

Criação de instituto de pesquisa pode ser votada em comissão

Pode ser votado na próxima semana projeto que propõe a criação da Instituição de Pesquisas Sociais Independente (Ipsi) no âmbito do Senado. A proposta, que está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), seria votada no dia 25, mas foi concedida vista coletiva para que os senadores pudessem esclarecer dúvidas sobre alguns pontos do texto.

De acordo com o PRS 38/2017, o órgão terá por função realizar pesquisas, levantamentos e análises de dados sociais para a elaboração de normas e o acompanhamento de políticas públicas, com o intuito de qualificar a atividade parlamentar e legislativa. O texto prevê que a Ipsi poderá pedir informações a ministros e a titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e firmar convênios com

outras instituições de análises sociais.

Na opinião de Paulo Paim (PT-RS), muitas das atribuições do novo instituto se confundiriam com as do DataSenado, criado em 2005 para acompanhar a opinião pública por meio de pesquisas, enquetes e análises. O senador citou pesquisas feitas pelo DataSenado e lembrou que o instituto tem cooperação técnica com outras instituições, como o IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a ONU Mulher.

— Como estou recebendo agora essas informações, eu me sinto totalmente inseguro. Então, pediria vista, respeitando os argumentos do autor e do relator, para que a gente possa em outro momento discutir e votar a matéria — argumentou.

O autor do texto, Eduardo Braga (PMDB-AM), explicou que as atri-

buições não se confundem porque, enquanto o DataSenado faz pesquisas de opinião, o Ipsi vai analisar dados e indicadores sociais. O relator do texto, Aírton Sandoval (PMDB-SP), favorável à proposta, também disse que as atribuições não se confundem.

Estrutura

De acordo com a proposta, a Ipsi será dirigida por conselho diretor com cinco membros, brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber, sujeitos a sabatina e aprovação pelo Senado. Um dos diretores será indicado pelo presidente do Senado e outros quatro, pelos presidentes das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação (CE), de Direitos Humanos (CDH), e de Transparência (CTFC). O mandato será de quatro anos.

Marta Suplicy (PMDB-SP) questionou o autor sobre a geração de despesas para o Senado. Braga esclareceu que toda a estrutura necessária ao funcionamento da Ipsi será provida com o remanejamento de servidores e serviços já existentes.

— Não estamos falando em contratar cinco novos funcionários. Estamos falando em pegar a excelência que nós temos no Senado para compor, pelo critério meritório e de conteúdo, a Ipsi — esclareceu.

O texto estipula que pelo menos 60% dos profissionais devem ter titulação acadêmica de mestre ou doutor em áreas temáticas compatíveis com o objeto de atuação da instituição.

Por sugestão de Waldemir Moka (PMDB-MS), foi concedida vista coletiva até terça-feira.

Rose diz que evasão escolar atinge 2,8 milhões de jovens

Rose de Freitas (PMDB-ES) lamentou ontem o fato de 2,8 milhões de crianças e adolescentes estarem fora das salas de aula. A senadora mencionou reportagem do jornal *A Gazeta*, de Vitória, que aponta o abandono e a evasão escolar no Brasil.

— Entre os jovens capixabas de 15 a 17 anos, 16% estão excluídos do sistema de ensino. Hoje, 50.374 meninos e meninas do Espírito Santo estão longe da escola por razões que reúnem majoritariamente falta de estrutura e carência de estímulo aos estudantes. Nós precisamos mudar esse cenário com urgência.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Educação deve ser prioridade, defende Cristovam

Ao comentar os altos índices de evasão escolar e repetência de alunos, Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que a educação deve ser tratada pela classe política como prioridade, mas sem demagogia.

Ele afirmou que as estatísticas só não são mais desfavoráveis porque o Brasil prefere tolerar a aprovação automática de alunos que não aprenderam “quase nada”.

O senador contrastou o prestígio internacional de educadores brasileiros, como Paulo Freire e Anísio Teixeira, com a falta de políticos que se tornem “estadistas educacionais”.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Paim registra 1º de Maio sob novas leis trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) destacou o Dia Internacional do Trabalhador deste ano, a ser comemorado em 1º de maio, como o primeiro sob a regência da nova legislação trabalhista, que o senador classificou como perversa, com a retirada de direitos conquistados durante décadas e prejuízos para os empregados.

— O trabalhador não tem nada a festejar, mas a democracia está, apesar de abalada, firme. Não acredito em retrocesso, acredito que nas eleições a gente possa eleger um Congresso com compromisso com o povo brasileiro e também um presidente da República com compromisso com toda a nossa gente.

Gleisi critica juíza por proibição de visita médica a Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou a juíza Carolina Lebbo, que proibiu médicos de visitarem o ex-presidente Lula na prisão em Curitiba. A senadora lembrou que Lula tem 72 anos e já enfrentou um câncer.

— Uma decisão como essa coloca em risco sua vida. Quem é essa juíza para determinar o que é urgente e necessário no tratamento médico? Estamos fazendo uma denúncia internacional sobre isso — criticou.

Regina Sousa (PT-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Paulo Paim (PT-RS) e Jorge Viana (PT-AC) também lamentaram a situação.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Garibaldi celebra chuvas no Rio Grande do Norte

A seca que castiga a Região Nordeste há seis anos parece estar chegando ao fim, registrou Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Segundo ele, as chuvas já estão mudando a aparência da terra ressecada, da paisagem cinzenta e vem dando lugar ao verde, especialmente no Rio Grande do Norte.

— Este ano, já temos índices pluviométricos muito mais generosos. Estamos falando de um inverno que, se Deus quiser, haverá de se confirmar no Rio Grande do Norte e nos estados nordestinos. Só a fé poderia dar ao povo a resistência que teve.



Genildo Magalhães/Agência Senado